

DOCUMENTO DO III CONGRESSO DE ECLESIOLOGIA

A proposta do congresso foi oferecer a igreja subsídios para compreender os desafios enfrentados nos dias atuais, respondendo a eles de forma bíblica e teologicamente fundamentada e de modo que reflita o jeito Batista de ser: de livre consciência, respeitando as diferenças, inquiridor, não dogmático, reflexivo e cooperativo.

As questões apresentadas pelos oradores foram de grande pertinência, pois refletem muitas das preocupações das igrejas em relação às tendências atuais e que afetam profundamente o seu modo de ser e agir. Dentre elas foram destacadas: Batismo de pessoas não casadas civilmente, batismo oficiado por membros da igreja (não pastores), prática da unção com óleo, governo da igreja por representação, presença de bispos e apóstolos, membros da igreja com orientação sexual homoafetiva, o fim do monopólio do ensino e a multipertença, casamento, divórcio e novo casamento.

1. Reafirmamos que a Bíblia é a nossa regra de fé e prática, sempre partindo de uma hermenêutica saudável, reconhecendo os benefícios e também as limitações das abordagens "Taborista" e "Ultraquista", posto que ambas se apresentam como bíblicas (e o são dentro de sua lógica), tendo porém, chaves hermenêuticas distintas. Por esta razão não haverá absoluto consenso devendo prevalecer uma postura respeitável evitando liberalismos e fundamentalismos.

2. Destacamos o chamamento divino para que cada geração sirva à sua própria geração como base para que a igreja seja firme na Palavra e sensível ao contexto histórico e cultural (alerta para seus perigos e aberta para as oportunidades) no qual está inserida e deste modo exerça sua função evangelística, profética e também pastoral.

3. Não somos igreja para ontem e por esta razão não podemos fechar as portas para nossa própria ação e presença no mundo de hoje. Neste sentido é preciso reforçar que, muito mais que uma instituição (necessidades legítimas para organização e reconhecimento civil) a igreja na Bíblia é sempre definida por metáforas em razão do seu caráter de organismo espiritual.

4. Em razão do pecado e das limitações humanas as relações conflitivas sempre serão realidade presente nesta era. Cabe às igrejas exercerem o ministério de reconciliação, não entre luz e trevas, mas entre pessoas e tendências de cada momento histórico. A igreja representa o lócus onde a vontade de Deus é feita (embora ainda não plenamente, mas substancialmente) de modo que o corpo de Cristo é o meio através do qual Deus tem contato com mundo.

5. Quanto às questões de ordem da prática eclesial, as posições do congresso se firmaram de modo bíblico e sensível à realidade:

a. Batismo de pessoas não casadas civilmente - O batismo é uma ordenança bíblica que a igreja deve cumprir e todos aqueles que decidem se tornar discípulos de Cristo devem ser batizados (como ordenança não cumpri-la é pecado). O casamento é instituição divina antes do estabelecimento das culturas, da igreja e

“Servir as Igrejas viabilizando a cooperação entre elas no cumprimento integral da sua missão”.

“No princípio, criou Deus os céus e a terra.” Gn 1.1

do Estado. Cada cultura e período da história (embora com suas próprias variações) demonstraram reconhecimento social do casamento formal, como compromisso de companheirismo para toda a vida. A igreja deve reafirmar o casamento e a família como instituição divina e como ideal divino para o bem estar da pessoa e da sociedade. Deve também ministrar o batismo para todo aquele que professa sua fé em Cristo e apresenta sinais de novo nascimento através de um novo modo de pensar e agir em conformidade com a vontade de Deus. Não deve, entretanto, descumprir esta ordenança, deixando de batizar aqueles que, não estando casados civilmente também estejam impossibilitados de resolver sua situação (como nos casos em que o cônjuge não crente resiste à formalização do compromisso). Neste sentido, cada caso deve ser avaliado com cuidado pela igreja.

b. Unção com óleo - A unção com óleo tinha, nos tempos bíblicos o valor simbólico de separar (consagrar) uma pessoa ou objeto para serviço divino, entretanto o elemento material (óleo) não era decisivo no ato de consagrar e nem mesmo é utilizado em todas as consagrações não estando sempre acompanhado da palavra 'unção'. Assim, nem sempre que a Bíblia fala de unção há óleo, mas sim o ato de consagrar. Além disso, a unção com óleo sabidamente possuía um fim medicinal. Por esta razão, casos como o apresentado em Tiago 5 em que a prática é explicada no próprio contexto, utiliza-se o óleo com fins terapêuticos, não atribuindo valor espiritual à unção com óleo, mas sim à oração; além do mais deve ser levado em conta que as funções dos presbíteros abrangiam o cuidado dos enfermos. O que se requer é que haja consciência da importância de uma ação integral no cuidado do enfermo: remédio e oração.

c. Governo da igreja por representação - Os batistas devem reafirmar o governo congregacional como bíblico e estabelecido por Deus, e como prática de bom senso e transparência. Ainda que os tempos sejam de pouco envolvimento e disposição comunitária para com o governo congregacional, devemos manter a liberdade e oportunidade de todos quanto ao direito de participar. Claramente o governo da igreja neotestamentária era congregacional e demonstraram, em relação ao judaísmo, o rompimento das centralizações étnico, administrativo e geográfico se tornando igreja para todos os povos.

d. Presença de Apóstolos e Bispos no meio batista - Importante compreender que nas Escrituras Sagradas os títulos não representam status, mas ofício de trabalho. Mesmo no caso dos apóstolos, a Bíblia aponta outros além dos 12 aplicando ao termo apóstolo o sentido de missionário, enviado. Todavia, é clara e explícita a condição exclusiva dos 12, para os quais houve o chamamento por meio de revelação especial, pessoal e pós-ressurreição da parte de Jesus Cristo e, neste sentido, não há outros. Outro ponto a ser considerado é que não havia no NT uma hierarquização entre apóstolos, bispos e presbíteros, mas sim, uma referência a funções exercidas na igreja de Cristo. Do mesmo modo, não há, portanto, legitimidade em fazê-lo agora.

e. Membros com orientação homoafetiva - A Bíblia afirma amplamente que a prática homossexual é pecaminosa e é o que a igreja de Cristo deve reafirmar. Entretanto, não estabelece hierarquização entre pecados. Mesmo nas chamadas 3 listas de pecados abomináveis (I Co 3; Gl 5; Ap 22) a prática homossexual aparece ao lado (e não acima) de outros pecados que devem ser abandonados. Lembrando ainda que Deus ama o pecador e sempre quer tratar o pecado na Cruz de Jesus Cristo para perdão e restabelecimento do homem por completo.

“Servir as Igrejas viabilizando a cooperação entre elas no cumprimento integral da sua missão”.

f. Pós-denominacionalismo - Reafirmemos o princípio batista de cooperação, de modo a não considerarmos saudável o conceito de que cada igreja é uma denominação à parte.

g. Fim do monopólio do ensino e a multipertença - É importante reforçarmos o nosso foco no que tange a Palavra de Deus como fundamento e base da fé e a vida comunitária, e como relação de compromisso do tipo dar-receber. O espírito de clientela não condiz com o espírito corporativo da igreja nem coopera com sua missão, do mesmo modo, não existe uma só pessoa que seja desnecessária para o corpo de Cristo, o indivíduo é importante. Comunhão não é só relação cordial, mas, conforme o modelo da igreja primitiva é partir o pão, é contato pessoal, é presença, é regularidade.

h. Casamento, divórcio e novo casamento - Deus instituiu o casamento e este é o seu ideal desde a criação, de modo que Deus odeia o divórcio, no sentido de que sempre é o pecado que leva ao divórcio e também no que diz respeito às consequências que ele causa. No entanto, embora o divórcio seja uma inovação humana fruto da dureza do coração, Deus o regulamentou sobre certas circunstâncias, de modo que, esta regulamentação dentro das mesmas circunstâncias deva ser respeitada. É preciso, portanto, reforçar o ideal de Deus sem demonizar a regulamentação que Ele mesmo estabeleceu.

Levando em consideração a amplitude e complexidade dos assuntos abordados, consideramos que o congresso cumpriu seu propósito na medida em que ofereceu princípios que nortearão o diálogo e a ação a partir de fundamentos bíblicos e teológicos e ao mesmo de uma leitura sensível dos tempos, não ficando aquém ou além da Escritura e nem se tornando irrelevante para esta geração a qual fomos chamados a servir.

Por esta razão, como congressistas e membros desta comissão, valorizamos a iniciativa da CBESP e propomos que eventos desta natureza continuem a ser realizados, afim de que, a unidade e identidade dos batistas sejam cada vez mais fortalecidas.

Comissão do III Congresso de Eclesiologia.
São Paulo, 25 de Junho de 2013.

Pr. Marcos Antonio Peres - relator
Pr. Pérsio Luiz de Moraes Santos
Pr. Neilson Xavier de Brito
Pr. Jair Joaquim Salgueiro